

A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE ESTADO-MAIOR E O ESTUDO DE INSTITUIÇÕES MILITARES DE ENSINO: HISTÓRIA E EPISTEMOLOGIA (1905-1919)

Marcus Fernandes Marcusso¹

A Escola de Estado-Maior do Exército (EEM) foi criada em 1905² e tinha como principal objetivo fornecer aos oficiais do Exército Brasileiro uma a instrução militar complementar superior que os habilitasse para o serviço no Estado-Maior no Exército (EME). A Escola de Estado-Maior era submetida à inspeção técnica do chefe do Estado-Maior do Exército, que foi criado pela lei nº 403, de 24 de outubro de 1896 e tinha como função primordial o preparo do Exército para a defesa da Pátria. Para isso era especialmente encarregado do estudo e aplicação das questões "*relativas à organização, direção e execução das operações militares, ficando os comandos das forças e as direções dos diversos serviços militares sob sua ação, no que concerne à instrução e disciplina da tropa.*" (ESTEVES, 1996: 16).

A Escola de Estado-Maior era subordinada diretamente ao Ministro da Guerra e funcionou, em seus primeiros anos, no prédio do Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro. Os primeiros anos de funcionamento da EEM foram marcados pela estrutura física simples, pela frequência de poucos alunos e pela influência do pensamento militar alemão. Tal cenário foi consideravelmente alterado a partir de 1919, quando o governo brasileiro contratou uma Missão Militar Francesa (MMF) para realizar uma grande reforma no Exército Brasileiro. A EEM foi uma das primeiras instituições militares a ser reorganizada pelos oficiais franceses. O período de influência francesa, de 1919 a 1942, foi marcado pela construção de um prédio escolar próprio, pelo aumento de cursos, pela criação de diretorias, pela redação de manuais próprios e pela capacitação de oficiais brasileiros para atuar como instrutores e professores na própria EEM. A partir de 1920 a EEM passou a ter como objetivo a instrução "metódica e progressiva" dos oficiais a partir de

um ensino intensivo e sobretudo prático, capaz de colocá-los em condições de preencher imediatamente as funções importantes do Estado-Maior (chefes de estado-maior de divisão, chefe de secção no Estado-Maior do Exército) e constituir um viveiro de oficiais onde o Governo possa recrutar o Alto Comando. (BRASIL 1920)

¹ Professor efetivo de História-IFGoiano/Doutorando - PPGE-UFSCar

² A escola foi criada através do Decreto n. 5698 de 2 de Outubro de 1905 que definia os Regulamentos para os institutos militares de ensino.

A não renovação do contrato com a MMF em 1940³ marcou o início do fim da presença dos oficiais franceses na estrutura do Exército e da EEM. Segundo Câmara e Peres (2005), o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, marcou o início do terceiro e último período de influência de um pensamento militar estrangeiro na organização da EEM. As relações comerciais, políticas e militares estabelecidas entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, no pós-guerra, foram um dos principais fatores para explicar a presença do pensamento militar norte-americano na EEM por cerca de 30 anos.

Este artigo é fruto das primeiras análises desenvolvidas na pesquisa de doutoramento realizada na linha de História, Filosofia e Sociologia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. O interesse na realização de uma pesquisa sobre a Escola de Estado-Maior surgiu a partir do contato com alguns documentos relacionados a inauguração do primeiro prédio próprio da EEM, logo após a chegada da Missão Militar Francesa no Brasil. No discurso de inauguração da nova sede de ensino o Chefe da MMF, General Maurice Gamelin, definia a EEM como um centro de altos estudos da arte da guerra com a finalidade de formar oficiais superiores com grande conhecimento militar e capacidade de comando de grandes unidades. O General Gamelin, por conta da natureza solene do evento, descrevia a escola da seguinte forma,

Esta Escola não será o templo ciosamente fechado, onde se ensinam dogmas do alto de uma cátedra; a academia em que eruditos dissertarão sobre arte ou ciência e acumularão os materiais dos conhecimentos humanos. Somos homens de ação; continuaremos admiradores apaixonados do pensamento, mas, para nós, ele só tem valor quando anima utilmente a ação; queremos ensinar-vos a “saber atuar” (...) se no ensino técnico, os oficiais da Missão Francesa se sentem a vontade, porque precisamente saem das provas da guerra, julgam-se encorajados, no que concerne ao ensino geral, pela comunidade de raça e de cultura que nos une. (GAMELIN, 1920: 80)

As palavras do chefe da MMF estavam sintonizadas com a concepção de ensino que vigorava no Exército, ou seja, um modelo que priorizava a ação e a prática. No mesmo evento também discursaram o Presidente da República, Epitácio Pessoa e o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Bento Ribeiro, que, apesar de ser um admirador confesso da doutrina militar alemã, afirmava a satisfação e boa vontade geral da oficialidade para “aprender e progredir”. Foi, portanto, a partir do conhecimento deste documento que percebeu-se a importância que a EEM teve no processo de modernização do Exército Brasileiro entre as décadas de 1920 e 1950.

³ Este ano também marcou a mudança da escola para sua atual sede, na Praia Vermelha.

O estudo das principais instituições militares de ensino, especialmente as responsáveis pela formação da elite militar, como acredita-se ser a EEM, é fundamental para conhecer mais a sociedade brasileira do século XX. Nesse sentido, é necessário transbordar os limites de uma mera análise institucional, pois esse tipo de estudo deve relacionar os elementos internos da EEM ao contexto sociopolítico brasileiro. Pretende-se, assim, entender o funcionamento interno de uma das mais importantes instituições militares de ensino da primeira metade do século XX e suas relações com determinados grupos sociais e políticos. O papel das tradicionais instituições de ensino superior, na formação dos grupos sociais dirigentes da política nacional, é uma característica da produção historiográfica sobre a educação brasileira. No entanto, o papel das instituições militares de ensino superior e de sua possível contribuição para a formação destes grupos ainda carece de pesquisas. Um breve olhar sobre o papel desempenhado pelo Exército desde a Proclamação da República, ainda no século XIX, passando pela Revolução de 30, instituição do Estado Novo, deposição de Vargas, até o fim da Ditadura militar, já na década de 1980, nos fornece elementos suficientes para justificar a importância de pesquisas dessa natureza.

Assim, é fundamental pontuar que a análise do Exército e da própria EME deve ser realizada a partir da chamada abordagem institucional elaborado por Edmundo Campos Coelho (2000), que leva em conta as especificidades “internas” da instituição para a análise do Exército, da EME, e de sua relação com a sociedade. Vale ressaltar que tal enfoque não despreza as transformações externas que afetam a instituição militar, ao contrário, estabelece diálogo com estas. É nesse sentido que Coelho sugere que as atitudes políticas dos militares deveriam ser interpretadas a partir das conexões entre as características próprias da instituição e as expectativas da sociedade em relação às Forças Armadas. Essa abordagem é elaborada em oposição a chamada abordagem instrumental do Exército, caracterizando-o enquanto instrumento da sociedade civil, sendo assim, apenas refratária das clivagens e disputas internas desta.

Nesse sentido, partiremos de alguns pressupostos teórico-metodológicos da epistemologia marxista como pontos de orientação no desenvolvimento das análises acerca da Escola de Estado-Maior. A orientação mais geral refere-se a ao ponto de partida para a elaboração da pesquisa. Ao tecer comentário sobre seus estudos de economia política Marx afirma que a análise deve “*começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva.*” (MARX, 1974: 22).

A partir do elementos do real, de uma base empírica, do estudo sistemático das relações estabelecidas por eles em uma crescente complexificação até atingir uma “*rica totalidade de determinações e relações diversas.*” (MARX, 1974: 122). Dessa forma a investigação precisa, segundo Marx, “*se apropriar do material em pormenor, de analisar as suas diversas formas de desenvolvimento e de seguir a pista do seu vínculo interno. Somente depois de ter completado este trabalho pode o movimento real ser exposto em conformidade.*” (MARX, 1983: 102)

Desse modo, pode-se considerar o particular como expressão do desenvolvimento geral e nesse sentido partir dele para uma compreensão mais ampla do objeto de pesquisa. Paolo Nosella e Ester Buffa (2005) utilizam dos pressupostos metodológicos de Marx para o estudo de instituições escolares. Para os autores, “*o fundamental do método não está na consideração abstrata dos dois termos, escola e sociedade, relacionados a posteriori, mas na relação constitutiva entre eles, pois esses termos só existem nessa relação*”(BUFFA; NOSELLA, 2005: 362) Não se pode incorrer no erro de estudar a instituição escolar, seja ela civil ou militar, de modo dissociado da sociedade, na mesma proporção que é incorreto tomar a tal instituição como produto direto e passivo da sociedade em que está inserida.

Segundo os autores, o elemento fundamental para a epistemologia marxista e seu método dialético, quando de trata dos estudos sobre instituições escolares, “é relacionar o particular (o singular, o dado empírico) com o geral, isto é, com a totalidade social, evidenciando interesses contraditórios. Dessa relação emerge a história e a filosofia da instituição em seu sentido pleno.”(BUFFA; NOSELLA, 2009:51) É precisamente nesse sentido que será desenvolvida a pesquisa sobre a Escola de Estado-Maior, levando em conta toda a especificidade do objeto em relação a seu **grau escolar:** superior, **estatuto jurídico:** pública e **natureza institucional:** formação técnica superior e de comando para oficiais do exército. Tal caracterização seguiu as orientações propostas por Buffa e Nosella para a classificação dos tipos de instituição escolar. (BUFFA; NOSELLA, 2009:14)

Na mesma linha de raciocínio Lima Filho afirma que deve-se compreender as instituições militares

como um aparelho de repressão do Estado munido de certo grau de autonomia, capaz de assegurar suas posições devido à formação ideológica e profissional de seus membros, definidos por procedimentos burocráticos, hierárquicos e simbólicos, que norteiam suas orientações políticas. (LIMA FILHO, 2011, p.19)

No caso da EEM, deve-se levar em conta que a formação oferecida aos oficiais visava a habilitação para funções importantes no Estado-Maior, sendo que a instituição seria tida como um "viveiro de oficiais" onde o Governo Central iria recrutar o Alto Comando do Exército. É exatamente em relação a essa função primordial da EEM, presente em todos os regulamentos entre as décadas de 1920 e 1950, que pretende-se utilizar o conceito de elite militar para definir seus egressos.

A definição do conceito de "elite militar" será caracterizada, antes de tudo, com base nas considerações elaboradas por Wright Mills (1962) sobre a teoria das elites. Segundo Mills, a definição de elite é, fundamentalmente, posicional, já que os membros de determinada elite seriam definidos de acordo com as posições ocupadas nas instituições mais importantes da estrutura social do país, a saber: as instituições econômicas, políticas e militares. Em outras palavras:

A elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências. Se tomam ou não tais decisões é menos importante do que o fato de ocuparem postos tão fundamentais: se deixam de agir, de decidir, isso em si constitui frequentemente um ato de maiores consequências do que as decisões que tomam. Pois comandam as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna. (WRIGHT MILLS, 1962:14)

A análise de Mills tem como foco analítico a elite do poder norte-americana, mas as proposições teórico-metodológicas são gerais e podem ser usadas para análises da sociedade moderna.

Nos estudos sobre o Exército a utilização mais comum do conceito de elite militar remete diretamente a posição ocupada na hierarquia militar, ou seja, de oficiais superiores (Major, Tenente-Coronel e Coronel, em ordem crescente) e, principalmente, de oficiais gerais (General de brigada, General de divisão, General do Exército e Marechal, em ordem crescente). Tomar-se-á essa definição como base considerando que a forma de ascensão na hierarquia militar que na experiência brasileira, desde a segunda metade do século XIX funde "*princípios meritocráticos (títulos escolares, tempo de serviço, bravura) e extra-meritocráticos (relações personalísticas, notoriedade política).*" (SEIDL, 2008: 199)

No entanto, vale ressaltar que a progressiva profissionalização do Exército ao longo dos anos, especialmente a partir da década de 1920, reforçou os princípios meritocráticos em detrimento dos personalistas. Tal afirmação pode ser constatada pela exigência do curso da EEM como requisito para a promoção a General de Brigada a partir de 1929. Morris Janowitz

(1967) ao estudar os processos de profissionalização no âmbito militar destaca duas características: a burocratização e a especialização. A primeira, classifica os militares como servidores do Estado e girava em torno de questões como os soldos baixos, as promoções defasadas, os quartéis precários e os armamentos obsoletos. A segunda, se relaciona diretamente com o sistema educacional nas instituições militares de ensino, ou seja, com a necessidade de modernização dos estabelecimentos existentes e a criação de novos centros educacionais especializados.

No caso brasileiro, essas mudanças foram concretizadas principalmente com a ajuda de missões militares estrangeiras como a Francesa e a Norte-americana. Segundo Fernando Rodrigues a *"profissionalização do Exército, principalmente dos oficiais, é bem mais complexa e foi feita através de um processo lento e gradativo de reformas no sistema de ensino e de mudanças na estrutura da organização da Instituição."* (RODRIGUES, 2008:45)

Por fim, em relação ao conceito de elite militar, Janowitz avança a possibilidade de que uma pequena proporção de homens dentro de uma *"profissão militar, como em qualquer outra, pode ser vista como uma "elite", ou seja, como aqueles que detêm a maior soma do poder real e potencial, se o poder for definido como um controle sobre o comportamento de outras pessoas."* (JANOWITZ, 1967: 14) Além da questão já apontada da hierarquia interna da instituição ampliar-se-á o conceito de elite militar para caracterizar os oficiais que usam suas qualificações técnicas para elaborar uma doutrina militar capaz de dar unidade e homogeneidade para as ações do Exército, tanto no âmbito institucional quanto no contexto de suas relações com determinados grupos sociais.

O estudo da Escola de Estado-Maior do Exército deve se basear em uma grande variedade de fontes, especialmente a documentação primária. Também podemos destacar fontes manuscritas, impressas, virtuais e orais. De origem oficial, de arquivo pessoal, de relatos memorialísticos, entrevistas e memórias.

Entre os arquivos e fontes importantes para a construção de uma análise acerca da EEM podemos destacar, o arquivo da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, onde podem ser consultados os boletins internos da EEM. O centro de pesquisa da Universidade de Chicago (EUA) mantém um projeto chamado Latin American Microform Project (LAMP), que produziu imagens digitais de séries de publicações emitidas pelo Poder Executivo do

Governo do Brasil, entre 1830 e 1960. Nele podem ser consultados os relatórios do Ministério da Guerra⁴.

Outra fonte importante são as memórias e relatos memorialísticos de ex-alunos e ex-professores da EEM. A maioria destas fontes encontram-se publicadas em livros ou em formato digital disponibilizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Por fim, temos os regulamentos da EEM, que foram publicados em forma de decreto e estão disponíveis para a consulta virtual na Coleção de Leis da República, organizada pela Câmara dos Deputados⁵. Na análise desse tipo de documento é fundamental levar-se em conta, além de seu conteúdo, as circunstâncias históricas em que foram elaborados, os responsáveis por sua feitura, e, por fim, a relação destes com a realidade concreta. Por exemplo, o fato de constar no regulamento que a EEM deveria realizar exercícios práticos de tática não garantiu a efetiva realização destes, especialmente nos primeiros anos de funcionamento quando as aulas eram essencialmente teóricas. Em diversos momentos percebe-se que as determinações dos estatutos encontraram grandes dificuldades de concretização, como atestam algumas memórias de ex-alunos e até os relatórios dos ministros da guerra. Outro aspecto fundamental que deve ser levado em conta é a posição ocupada pelo produtor do documento na estrutura hierárquica do Exército, além de sua posição social, política, econômica e até cultural e as condições apresentadas por essas estruturas no momento histórico abordado.

O Regulamento para os Institutos Militares de Ensino foi promulgado pelo Decreto nº 5.698, de 02 de outubro de 1905 e foi assinado pelo Presidente da República Rodrigues Alves (1902-1906) e pelo Ministro da Guerra, General Francisco de Paula Argollo (1902-1906). No relatório do Ministro da Guerra de 1904, os responsáveis pela elaboração do mesmo foram assim citados: general Luiz Antonio de Medeiros, coronéis Emygídio Dantas Barreto, de Infantaria, José Caetano de Faria de Cavalaria, Pedro Ivo da Silva Henriques, de Artilharia, tenente-coronel Gabriel Salgado, do Estado-Maior, tenente coronel Dr. Ismael da Rocha, do Corpo de Saúde, e major Pedro Ferreira Netto, do Corpo de Engenheiros.

⁴ Estes relatórios estão disponíveis para acesso no site do Centro de pesquisa no endereço: www.crl.edu/brazil. Acesso em 10/05/2015.

⁵ A coleção está disponível no endereço: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao>. Acesso em 20/05/2015.

(ARGOLLO, 1904, p. 15-16)⁶ Em seguida, o Ministro destaca os principais pontos do novo estatuto,

A supressão do ensino preliminar de preparatórios a custa do Estado, a cujo cargo fica exclusivamente a instrução superior, técnica profissional, à qual foram rigorosamente subordinados os programas dos diferentes cursos; a exigência de seis meses de efetivo serviço em dos corpos do Exército para a matrícula na escola de guerra e a transformação completa do regime escolar, dando ao corpo de alunos a organização de um batalhão de infantaria; a extinção do posto de alferes-aluno, vantajosamente substituído, quer sob o ponto de vista militar, quer econômico, pelo título de aspirante a oficial; o estabelecimento de um posto limite para o exercício do magistério, a criação de escolas de aplicação das três armas e de engenharia, **e finalmente a criação de uma escola de estado-maior, com frequência franca dos oficiais de todas as armas, competentemente habilitados.** (ARGOLLO, 1904, p.16)

Para o Ministro o novo estatuto serviria para corrigir *“todos os graves vícios e defeitos do atual regime de ensino, nem só na parte relativa a instrução, com também no que diz respeito a educação militar”*(ARGOLLO,1904, p.16).

O Estado-Maior do Exército também foi alvo das primeiras considerações do Ministro, que via nele uma feição burocrática, com a realização de serviços que deveriam ser atribuídos a uma secretaria de guerra, para que este pudesse exercer exclusivamente sua elevada função de *“preparo das tropas, do estudo da defesa do país e das campanhas futuras.”*(ARGOLLO, 1904, p.16).

A primeira mudança significativa do novo regulamento foi a alteração no número de instituições de ensino militar e à redistribuição dos cursos e conteúdos educacionais nas mesmas. Observemos o quadro elaborado por Grunennvaldt (2005),

Quadro 1 – Instituições de ensino militar (1898 e 1905)	
REGULAMENTO DE 1898	REGULAMENTO DE 1905
Colégios militares Escolas regimentais Escolas preparatórias e de tática Escola Militar do Brasil	Escolas regimentais Escola de guerra Escola de aplicação e de infantaria Escola de artilharia e engenharia Escola de aplicação de artilharia e engenharia Escola de estado-maior
Fonte: GRUNENNVALDT, José Tarcisio. A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929) . 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005. p. 79.	

⁶ Destaca-se a presença de José Caetano de Faria, coronel à época ele representaria uma peça fundamental na reformulação da educação militar como Chefe do Estado-Maior do Exército (1910-1914) e Ministro da Guerra (1914-1918).

Em seus primeiros de existência, a Escola de Estado-Maior funcionou nas dependências do Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro. Para a matrícula na EEM o candidato deveria, além de licença do Ministro da Guerra, ter completado o curso de sua arma⁷, e no caso da infantaria ou cavalaria era necessário comprovar a aprovação nas disciplinas de geometria analítica, cálculo diferencial e integral e mecânica racional. A experiência de, no mínimo, dois anos como oficial também era pré-requisito.

Por fim, o candidato deveria ser aprovado em um concurso sobre a prática de serviço de sua arma, administração e legislação militares e temas táticos. O programa dos conteúdos era organizado pelo conselho de instrução da escola, aprovado pelo Ministro da Guerra e pelo chefe do estado-maior do Exército e publicado em ordem do Exército, com um ano de antecedência.

O regulamento previa o pessoal administrativo da escola da seguinte forma:

Quadro 2 - Pessoal administrativo da Escola de Estado-Maior (Regulamento de 1905)	
Cargo/função	Graduação/patente
Comandante	General com curso de estado-maior ou Coronel de estado-maior
Ajudante	Major ou Tenente-coronel de estado-maior
Segundo ajudante	Capitão de estado-maior
Secretário	Capitão, tendo o curso de estado-maior
Ajudante de ordens	1º ou 2º tenente ou tenente, tendo o curso de sua arma
Escriturário	Oficial reformado ou honorário por serviços de guerra
Três Amanuenses ⁸	2º sargento do Exército
Porteiro	Oficial reformado ou honorário por serviços de guerra
Cinco guardas	ex-praças do Exército
Contínuo	ex-praça do Exército
Três serventes	ex-praças do Exército

Fonte: Regulamento de 1905.

Vale ressaltar que a previsão de pessoal administrativo previa a atuação de oficiais com o curso de estado-maior para alguns dos cargos, mesmo que este ainda não tivesse sido oferecido. Nesse caso, podemos aferir que trata-se de uma proposta de organização futura da EEM, pois nos primeiros anos não haveriam oficiais com o curso de estado-maior.

O curso duraria 24 meses, divididos em três períodos, e seria oferecido a oficiais, até o posto de capitão, inclusive, os que tivessem o curso de sua arma, não se permitindo aos

⁷ Trata-se dos cursos de formação de oficial oferecidos na Escola Militar da Praia Vermelha: Cavalaria, Infantaria e Engenharia.

⁸ Empregado, escrevente de repartição pública; copista. "amanuense", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/amanuense> [consultado em 14-06-2015].

alunos a repetição de qualquer um dos períodos. a separação dos períodos era determinada da seguinte forma:

Quadro 3 - Curso da Escola de Estado-Maior dividido em períodos (Regulamento de 1905)		
Primeiro período	Segundo período	Terceiro período
Estudos: sete meses Prática e exames: dois meses.	Estudos: sete meses Prática e exames: dois meses.	
<p>1ª aula – Geografia militar, precedida de geografia física da America do Sul. Estatística.</p> <p>2ª aula – Tática aplicado. Estratégia. Historia das principais campanhas e daquela em que o Brazil tomou parte.</p> <p>3ª aula – Estudo sintético de fortificação, do armamento em uso no Exercito e no das nações circunvizinhas; estudo dos regulamentos de manobras e de campanha.</p> <p>4ª aula – Astronomia, precedida de trigonometria esférica.</p> <p>5ª aula – Higiene militar e serviço de saúde nos exércitos.</p>	<p>1ª aula – Tática aplicada. Estratégia. Serviço de estado-maior.</p> <p>2ª aula – Estudo da organização dos exércitos sul-americanos. Caminhos de ferro, telégrafos, telefones e aerostação, sob o ponto de vista militar.</p> <p>3ª aula – Direito militar. Direito internacional aplicado ás relações de guerra. Noções de economia política.</p> <p>4ª aula – Geodésia. Teoria das projeções das cartas geográfica. Noções de hidrografia.</p> <p>5ª aula – Desenho e redução de cartas geográfica.</p>	<p>Trabalhos práticos: cinco meses</p> <p>Provas finais, classificação e distribuição dos alunos: um mês;</p>
Fonte: Regulamento de 1905.		

A primeira organização curricular da Escola de Estado-Maior era simples e objetiva. De acordo com o regulamento, haveria um professor, com patente de capitão a major, para cada aula, incluindo as atividades práticas. No caso da prática de Geodésia⁹, das viagens de estado-maior dentro do Rio de Janeiro e de equitação eram ministradas por três instrutores, designados pelo chefe do estado maior do Exercito. O regulamento previa ainda a prática falada de línguas estrangeiras, sendo o espanhol e o francês obrigatórios, e o alemão e o inglês, facultativos.

⁹ A Geodésia é ciência que estuda a forma e a dimensão da Terra e o campo de gravidade e suas variações temporais. No início do século XX, a Geodésia tinha como principal objetivo precisar a localização de acordo cálculos acerca das dimensões globais. A sua prática consistia no estudo das teorias e postulados matemáticos da Geodésia e suas possíveis aplicações na atividade militar.

A distribuição do tempo para o ensino era organizada anualmente pelo comandante da escola e deveria seguir algumas condições: 1) as aulas não deveriam exceder uma hora e meia, com intervalo mínimo de 15 minutos entre aulas consecutivas. 2) os trabalhos práticos não poderiam exceder três horas.

A atuação docente, segundo o regulamento, deveria seguir dez determinações, entre as quais destacam-se:

...3º, interrogar ou chamar á lição os alumnos, quando julgar conveniente, para bem ajuizar do seu aproveitamento; 4º, marcar recordações e habilitar os alumnos, por meio de dissertações escriptas, mensaes, a semelhante genero de provas, para os exames; (...) 5º, enviar mensalmente á secretaria os grãos conferidos aos alumnos nas sabbatinas; (...) 6º, comparecer ás sessões dos conselhos de instrucção e aos demais actos escolares nos dias e horas marcados pelo commandante; (...) 8º, dar ao commandante, para ser presente ao conselho de instrucção, na época competente, o programma de ensino de sua aula, justificando as alterações que julgar conveniente introduzir no programma em vigor; (...) 9º, requisitar do commandante os objectos necessarios ao ensino de sua aula; (BRASIL, 1905)

Tais orientações serviam para todas as escolas militares prescritas no Regulamento de 1905 (Quadro 1) e seguiam a tradição verbalista e mnemônica da educação brasileira, desde o modelo de escola jesuíta ainda na Colônia, com sabbatinas e exames. Na Escola de Estado-Maior, por se tratar de um curso destinado oficiais, as dissertações escritas eram mais comuns que as sabbatinas, mais afeitas às escolas de formação de oficiais.

A questão dos materiais para o ensino a EEM tinha um descrição própria:

Art. 193. A escola de estado-maior terá:
1º, sala para os estudos de geographia, de tactica e de estrategia, onde se reunam cartas, mappas, plantas, descripções, dados estatisticos e memorias, especialmente sobre a America do Sul e particularmente sobre o Brazil; 2º, material completo e aparelhos para os trabalhos astronomicos e geodesicos; 3º, cavallos para os exercicios de equitação; 4º, arreiamento e penso dos animaes. (BRASIL, 1905)

A execução desse programa de disciplinas, teórica e práticas, e a disposição dos supracitados materiais para ensino enfrentavam condições físicas adversas, pois de acordo com Câmara e Peres (2005) a primeira sede da Escola de Estado-Maior foi improvisada e ocupou, no ano de 1906, as instalações da Direção de Contabilidade da Guerra, sediada no atual Palácio Duque de Caxias. No mesmo prédio, apenas a um andar de distância, funcionava o Estado-Maior do Exército, órgão gerador e supervisor. Desde o início, já se preparava a mudança, para a também provisória sede na Escola Militar da Praia Vermelha¹⁰. Não houve

¹⁰ A Escola Militar da Praia Vermelha foi fundada em 1874 no centro do Rio de Janeiro e previa a formação de engenheiros militares e de oficiais do exército. A Escola foi fechada em 1904 após uma rebelião que se somou as agitações sociais decorrentes da Revolta da Vacina. Cerca de 300 membros da escola aderiram ao movimento

turma nessa primeira sede, assim a primeira turma ingressou, no início de 1907, já na Praia Vermelha. De acordo com o Relatório do Ministro da Guerra de 1907 os trabalhos escolares foram iniciados em 15 de abril tendo sido matriculados 15 oficiais, dos quais 3 pediram desligamento ao longo do ano. Sendo que os 12 restantes foram aprovados no curso do 1º período. Em 1908 a EEM contou com 20 alunos, 12 no 2º período e 8 no 1º. Apenas nesse ano foram comprados uma biblioteca de livros, mapas e cartas inteiramente militares, todos modernos, além as assinatura de diversas revistas militares. (BRASIL, 1909, p. 8).

A entrada de alunos nos anos subsequentes foi instável, devido as constantes mudanças de sedes, conforme indica os relatórios dos ministros da guerra. Segundo o Relatório do ministro da guerra, em abril de 1909, oito oficiais concluíram o curso de estado-maior após passarem o mês de março finalizando as atividades práticas de estado-maior e geodésia em Cabo Frio. Nesse mesmo ano apenas três candidatos submeteram pedidos de matrícula, e devido ao número reduzido, estes foram cassados e não formou-se turma, ficando a escola com apenas oito alunos matriculados, todos no terceiro período. Ainda no mesmo relatório se descrevia as condições materiais precárias da EEM em sua sede improvisada:

Por exiguidade da verba destinada a este estabelecimento, não se acham a sala de estudos e os gabinetes de astronomia, geodesia, telegraphia e telephonia providos do material exigido pelo ensino que nelle se ministra, como determina o art. 193 e seus §§ 1º e 2º do actual regulamento. (BORMANNO, 1910, p.6)

Diante dessa descrição pode-se inferir que a formação, efetivamente, recebida pelas primeiras turmas da EEM estava distante das definições regulamentares, em uma clara distinção entre a norma e a realidade. A EEM foi movida, novamente, por conta da exposição internacional realizada em 1908, em virtude do centenário da Abertura dos Portos as nações amigas. Em caráter emergencial, entre 1908 e 1910, funcionou nas instalações da Direção de Saúde, onde hoje se encontra a Policlínica central do Exército, próximo a praça da República, no centro do Rio de Janeiro, sendo até o mobiliário foi alugado. Os quadros e pinturas históricas ficaram sob a guarda da Escola Nacional de Belas Artes. O prédio, apesar de maior e mais conservado que os dois anteriores, "*não era dotado de instalações que pudessem oferecer condições tão propícias ao ensino quanto ao da antiga Escola Militar do Brasil*" (CÂMARA; PERES, 2005, p.64).

popular. Para maiores detalhes acerca da formação recebida na Praia Vermelha conferir a tese de Yara Maria Martins Nicolau Milan, A educação do "soldado-cidadão" (1870-1889): a outra face da modernização.

Em 1910, de acordo com o relatório do Ministro da Guerra, oito oficiais realizaram a matrícula. O ministro da Guerra relata que o Comandante da EEM, General Gabino Bezouro, apontava a necessidade de alteração do concurso de admissão, uma vez que os conteúdos cobrados

...por serem demasiadas as exigencias actuaes, que, cumpridas risca, obrigariam os candidatos a mostrar, de antemão, conhecimentos de tal vastidão, que só poderão possuil-os depois de terem feito nesta escola um curso regular e efficaz. Pensa o mesmo commandante ser acertado não só facilitar um pouco mais o concurso de admissão, em vista da pouca affluencia de candidatos á matricula, como estab eleger medidas de incentivo e estimulo, para aqueiles que concluisssem com exito o curso da escola. (BARRETO, 1911, p.8)

A EEM, voltou a Praia vermelha em 1910, onde permaneceu até 1918, quando foi fechada em decorrência da declaração de guerra a Alemanha, em outubro de 1917, ficando fechada até 1920, quando passou a ter sede própria. Nesse interregno a escola viveu momentos de maior normalidade, pois a sede apresentava melhor estrutura para receber o curso, conforme corrobora o relatório do ministro da guerra de 1910:

Foi aproveitado o espaço necessario ás accomodações não só das aulas theoricas como dos diferentes gabinetes, precisos á ministração da pratica correspondente. No gabinete de electricidade, instailado em compartimento espaçoso, são feitas todas as experiencias de telephonia e telegraphia, inclusive a do telegrapho sem fio, perfeitamente montado com as respectivas antenas e demais apparatus de transmissão e recepção. Em uma das salas do pavimento terreo instalou-se um motor electrico e dynamo para a producção de energia para o carregamento dos acumuladores do telegrapho sem fio, para as projecções luminosas, arrebentamentos de minas e demais experiencias electro-technicas, que no decorrer do curso tornam-se precisas na escola. (BARRETO, 1911, p.9)

No ano posterior a mudança foram matriculados 18 alunos, segundo o Relatório do Ministro da Guerra de 1911. Em 1912, foram mais 18 matriculados, totalizando 28 alunos efetivos. Em 1913, foram 20 matrículas, totalizando 59 alunos efetivos, sendo que 18 oficiais concluíram o curso. Nesse ano, a EEM, passava a ter um novo regulamento¹¹, com pequenas alterações em relação ao anterior. A maior mudança ficou por conta da organização curricular, que passava a ter caráter mais prático, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 4 - Curso da Escola de Estado-Maior dividido em períodos (Regulamento de 1913-1914)

Primeiro ano	Segundo ano	Terceiro ano
a) Ensino theorico-	a) Ensino theorico-	

¹¹ O regulamento para o ensino militar de 1913, foi estabelecido pelo Decreto nº 10.198, de 30 de abril de 1913. Alguns de seus artigos foram alterados pelo Decreto nº 10.832, de 28 de março de 1914, e por isso passou a ser chamado pelos estudiosos de Regulamento de 1913-1914.

<p>pratico 1ª aula - Geographia militar, especialmente da America do Sul; leitura de cartas; estatística militar. 2ª aula - Tactica applicada, especialmente ás grandes unidades; estudo da fortificação em suas relações com a tactica e a estrategia. 3ª aula - Communicações militares (viação ferrea, aerostação, telegraphio, telephonia, etc.); applicações da electricidade á guerra, na vigilancia, no ataque e na defesa. 4ª aula - Serviço de administração militar; material correspondente; tactica dos abastecimentos. 5ª aula - Hygiene militar; serviço de saude nos exercitos.</p>	<p>pratico 1ª aula - Geodesia, precedida dos indispensaveis praticos do astronomia. 2ª aula - Cartas geographicas; seu desenho; systemas de projecções nellas usados; cópia, reducção e ampliações das mesmas; applicações militares da photographia. 3ª aula - Direito internacional, especialmente a parte applicada á guerra; conhecimentos essenciaes de economia politica. 4ª aula - Estrategia (illustrada com a analyse das principaes campanhas em que teem tido parte o Brazil e os paizes sul-americanos, e exemplificada com as mais notaveis dos tempos antigos e modernos). 5ª aula - Serviço de estado maior; estudo completo da organização dos exercitos sul-americanos.</p>	<p>Ensino essencialmente pratico Esta pratica do 3º anno realizar-se-ha dentro da 9ª região ou onde mais conveniente for.</p>
<p>b) Ensino pratico Pratica fallada de francez e inglez ou allemão. Jogo da guerra, topographia, telegraphia, telephonia, photographia e equitação.</p>	<p>b) Ensino pratico Pratica fallada de francez e inglez ou allemão. Jogo da guerra, topographia, telegraphia, telephonia, photographia e equitação.</p>	
<p>Fonte: Regulamento de 1913-1914.</p>		

Esse cenário de sedes improvisadas, mudanças e fechamentos temporários, dificultam o desenvolvimento de qualquer tipo de ensino, militar ou civil, e tornam difícil execução completa dos programas de ensino, especialmente das atividades práticas.

Esse artigo buscou apresentar algumas considerações iniciais sobre a da Escola de Estado-Maior do Exército, especialmente em sobre as primeiras determinações oficiais constantes nos regulamentos e nos relatórios dos Ministros da Guerra. Outra preocupação foi descrição detalhada das fontes para o estudo da educação militar de forma geral, e da Escola de Estado-Maior em específico. A descrição do referencial teórico-metodológico proposto para a realização desse estudo também foi apresentada.

Referências.

- ARGOLLO, General Francisco de Paula 1904. *Relatório do Ministro da Guerra de 1904*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1905.
- BARRETO, General Emygídio Dantas. *Relatório do Ministro da Guerra de 1910*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1911.
- BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005.
- _____. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. Campinas: Alínea, 2009.
- BRASIL, Decreto nº 14.130, de 7 de Abril de 1920 - Aprova o Regulamento da Escola de Estado-Maior. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1920.
- _____. Decreto nº 10.198, de 30 de abril de 1913 - Aprova os regulamentos para os institutos militares de ensino. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1913.
- _____. Decreto nº 10.832, de 28 de março de 1914- Aprova os regulamentos para os institutos militares de ensino. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1914.
- _____. Decreto nº 5.698, de 02 de outubro de 1905 - Aprova os regulamentos para os institutos militares de ensino. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1905.
- BORMANNO, José Bernardino, *Relatório do Ministro da Guerra de 1909*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1910.
- CÂMARA, Hiram de Freitas; PERES Carlos Roberto (org). *Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - a escola do método: um século pensando o Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.
- ESTEVES, Diniz. *Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército*. Brasília: EME, 1996.
- FONSECA, General Hermes da. *Relatório do Ministro da Guerra de 1907*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1908.
- FONSECA, General Hermes da. *Relatório do Ministro da Guerra de 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1909.
- GAMELIN, Maurice. Discurso de inauguração da Escola de Estado-Maior, 7 de abril de 1920. In: *Relatório do Ministro da Guerra 1920*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1921.
- GRUNENVALDT, José Tarcisio. *A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)*. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) PUC. São Paulo.
- JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional: um estudo social e político*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.
- MARX, Karl. Introdução à Crítica da economia política. In: Marx, Karl. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. Posfácio à segunda edição alemã (1872) do primeiro volume de ‘O Capital’. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, *Obras escolhidas em três tomos*. T. II. Trad. Álvaro Pina. Lisboa: Editora Avante!; Moscovo: Progresso, 1983. pp. 94-103.

SILVA, Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e. *Relatório do Ministro da Guerra de 1911*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1912.

SEIDL Ernesto. Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930). *Revista de sociologia e política*. v. 16, n° 30: pp. 199-220 jun. 2008.

WRIGHT MILLS, Charles. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.